

Terça-Feira, 21 de Abril de 2026

Prefeitura de Cuiabá fecha empresa investigada em esquema de tráfico e lavagem de dinheiro

Alvo da Operação Heresia

Redação

A Prefeitura de Cuiabá interditou uma empresa alvo da “Operação Heresia”, deflagrada na manhã na quarta-feira (16) pela Polícia Judiciária Civil (PJC). A operação, desencadeada pela Delegacia de Polícia de Alta Floresta, com apoio do Núcleo de Inteligência da Delegacia Regional, desarticula um esquema criminoso de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro nas cidades de Alta Floresta, Carlinda, Sinop e Cuiabá.

Segundo as investigações, a empresa de produtos eletrônicos localizada em Cuiabá, que teve suas atividades suspensas, era utilizada para lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas. A Secretaria Municipal de Ordem Pública lacrou o estabelecimento.

Durante a ação, os policiais constataram que o local possuía dois andares repletos de mercadorias, sem qualquer sistema de controle, emissão de notas fiscais ou livros contábeis. Também foram sequestrados e apreendidos veículos e objetos de valor.

A secretária de Ordem Pública, Juliana Palhares, que participou da ação, destacou que a Prefeitura de Cuiabá está comprometida em colaborar com as investigações da Polícia Civil, sempre cumprindo rigorosamente as ordens judiciais. “Essa é uma forma da Prefeitura, por meio da Secretaria de Ordem Pública, contribuir com o enfrentamento à criminalidade organizada. Estamos comprometidos em apoiar as forças de segurança e o sistema de justiça criminal nesse trabalho fundamental”, afirmou.

A Operação Heresia cumpriu, de forma simultânea, um mandado de prisão preventiva, 14 mandados de busca e apreensão, e 11 intimações para fins de monitoramento eletrônico. Também foram expedidas quatro ordens judiciais de bloqueio e sequestro de bens, com congelamento de contas no valor de até R\$ 2 milhões por alvo principal.

Ações conjuntas

Em junho deste ano, a Polícia Civil e fiscais da Prefeitura de Cuiabá interditaram um laboratório investigado por realizar a análise de amostras de água potável coletadas em Estações de Tratamento de Água (ETAs) da capital. A operação contou com a participação da Polícia Civil, da Vigilância Sanitária Municipal e da Secretaria Municipal de Ordem Pública de Cuiabá.

Conforme informações da PJC, o laboratório funcionava de forma irregular e não possuía alvará de localização, funcionamento ou sanitário. Na ocasião, o titular da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor (Decon), delegado Rogério Ferreira, informou a instauração de um procedimento investigatório para apurar os fatos e verificar a existência de indícios concretos de crimes contra a fé pública.